



Evasão acadêmica: estudo das causas e ações de mitigação no curso de administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó

RESUMO:

A evasão no ensino superior compromete a formação estudantil e repercute em custos sociais, econômicos e institucionais relevantes. O objetivo deste estudo consiste em analisar as ações adotadas para mitigar a evasão no curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Chapecó*, no período de 2020/2 a 2024/2. A investigação utilizou abordagem quantitativa e qualitativa, contemplando análise de dados institucionais, aplicação de questionário e entrevistas. A taxa acumulada de evasão de 48,15%, destacando-se a prevalência de desligamentos não formalizados. Entre os principais fatores identificados estão greves, desmotivação docente, ausência de didática por parte dos professores, sobrecarga de trabalho vinculada à atividade profissional, mudança de residência, indecisão quanto à escolha profissional e frustração em relação às expectativas iniciais do curso. Embora existam medidas de acolhimento e acompanhamento, como contato inicial com ingressantes, monitoramento informal de estudantes em risco e estímulo à participação em projetos, observou-se ausência de sistematização e fragilidade institucional no planejamento das ações. Com base nos achados, propõem-se estratégias de baixo custo e implementação imediata, incluindo monitoramento acadêmico, acolhimento estudantil, incentivo à inovação pedagógica, qualificação docente, ampliação de oportunidades em projetos institucionais, criação de um canal digital de comunicação e elaboração de um plano de ação institucional.

PALAVRAS-CHAVE: evasão, ensino superior, permanência acadêmica.



1. Introdução

A evasão acadêmica tem se configurado como um problema crescente nos cursos de graduação, tanto em instituições públicas quanto privadas, tornando indispensável compreender suas causas e desenvolver estratégias eficazes de prevenção. A evasão é caracterizada pelo desligamento do estudante antes da conclusão do curso, seja por abandono, desistência formal, transferência ou exclusão institucional (Brasil, 1997; INEP, 2017). A compreensão desse fenômeno é fundamental, pois, o abandono estudantil compromete o desenvolvimento formativo, representa desperdício de recursos públicos e afeta diretamente os indicadores de qualidade das instituições de ensino superior.

O curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó tem como objetivo formar administradores com habilidades analíticas e empreendedoras, baseadas em uma visão sistêmica das organizações, e comprometidos com a ética e o desenvolvimento regional sustentável (PPC, 2017).

Diante desse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte questão: quais são as causas da evasão acadêmica no curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó e quais ações têm sido adotadas para sua mitigação? A partir do problema identificado, o estudo tem como objetivo analisar as ações adotadas para mitigar a evasão no curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Chapecó*, no período de 2020/2 a 2024/2.

A relevância desta pesquisa decorre da necessidade de compreender os fatores que influenciam a evasão no ensino superior público e contribuir para o desenvolvimento de políticas institucionais mais eficazes de permanência. Estudos apontam que a desistência estudantil acarreta prejuízos sociais, acadêmicos e econômicos, além de ociosidade de recursos humanos e materiais (Pinheiro; Ribeiro; Fernandes, 2023; Castro; Sá; Souza, 2019). Como destaca a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (Brasil, 1996), o conhecimento sobre o fenômeno é essencial para subsidiar políticas institucionais e governamentais mais eficazes voltadas à melhoria do ensino de graduação.

Nesse sentido, pesquisas anteriores reforçam a importância da temática ao evidenciarem elevados índices de desligamentos nas universidades federais (INEP, 2023) e a influência de múltiplos fatores no abandono, como constatado por Taffarel (2021) no mesmo curso analisado. Além disso, Pacheco, Tete e Monsueto (2024) salientam que a ausência de diagnósticos locais limita a eficácia das políticas de permanência, reforçando a necessidade de estudos voltados a realidades institucionais específicas. Assim, o presente trabalho contribui para o aprimoramento das práticas de gestão acadêmica e para o fortalecimento das ações de enfrentamento à evasão no curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Educação Superior

Os direitos sociais fundamentais, garantidos pela Constituição Federal de 1988, visam proteger o estado democrático de direito. Entre esses direitos, previstos no artigo 6º, destaca-se a educação, reconhecida como um direito universal e dever do Estado. A educação tem



como objetivo o desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho (Brasil, 1988). Nesse contexto, a formação acadêmica se destaca como uma prioridade para o progresso social, sendo considerada um direito social fundamental acessível a todos os cidadãos (Brasil, 2014).

A educação superior é oferecida por instituições públicas ou privadas, com diferentes níveis de abrangência e especialização, voltando-se a candidatos que concluíram o ensino médio e foram aprovados em processos seletivos (Cavalcante, 2000). O ingresso no ensino superior público é uma meta para grande parte da população brasileira, pois é percebido como um meio de promover mobilidade social e desenvolvimento regional (Oliveira; Guimarães; Santana, 2019).

O sistema de ensino superior brasileiro reúne uma ampla rede de instituições com distintas características e funções, todas exercendo papel relevante na transformação social (Sousa, 2021). As diferenças quanto ao porte, número de cursos e perfis de alunos e professores dificultam a padronização da formação oferecida, exigindo políticas específicas e indicadores adequados a cada contexto, de modo a garantir o cumprimento dos objetivos institucionais (Schwartzman; Silva Filho; Coelho, 2021).

Historicamente, as universidades brasileiras começaram a se consolidar apenas na década de 1930, evidenciando uma tradição universitária relativamente recente. Desde então, houve expressiva expansão do número de instituições e matrículas (Gilioli, 2016). Atualmente, o ensino superior brasileiro conta com cerca de 9,9 milhões de estudantes (UFMS, 2024).

Nos últimos dez anos, o aumento de 23,7% nas matrículas na rede federal de ensino superior resultou de políticas públicas voltadas à democratização do acesso e à ampliação da infraestrutura universitária (INEP, 2023). Programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI) fortaleceram o sistema público e ampliaram a oferta de vagas (Alves; Gaydezka; Campos, 2018). O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) também contribuiu para o acesso ao ensino superior, ao permitir o uso da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em todo o país e reduzir barreiras geográficas e burocráticas (Silva; Sampaio, 2022).

O ensino acadêmico, como formação inicial para profissionais, além de facilitar a entrada no mercado de trabalho por meio de atividades específicas e qualificadas, é visto como instrumento de ascensão social e de promoção de uma formação integral, capaz de contribuir para o desenvolvimento social e econômico, a construção da cidadania e o fortalecimento da democracia (Bertolin, 2017).

2.2 Evasão Acadêmica

A evasão acadêmica é um fenômeno estudado há mais de cinco décadas e considerado um dos principais desafios enfrentados pelas universidades (Nierotka; Carrasqueira, 2024). Trata-se de um problema multifatorial, presente tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, que acarreta impactos significativos nas instituições de ensino superior. O



enfrentamento desse problema requer soluções abrangentes, dada sua elevada complexidade (Santos et al., 2024).

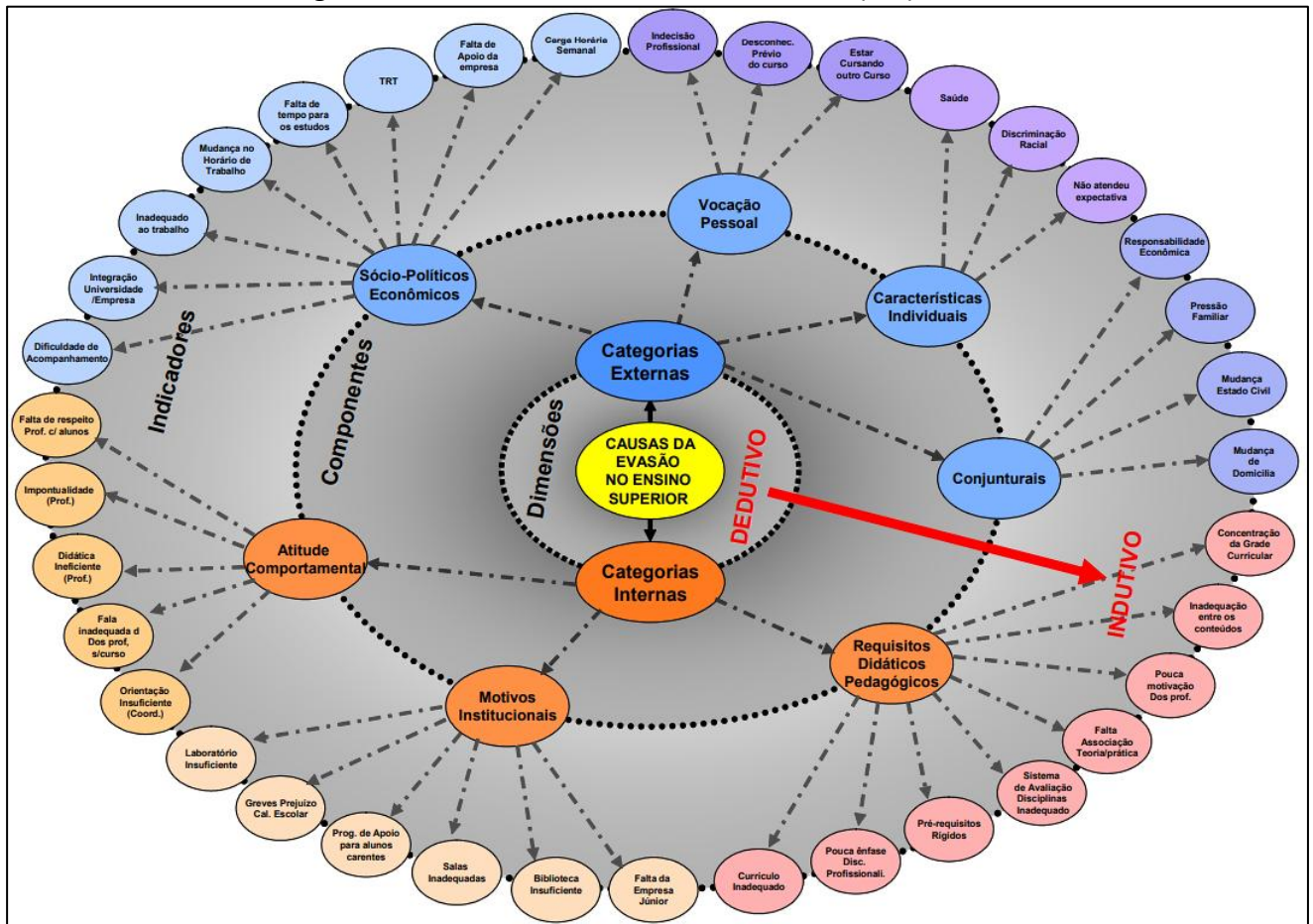
No Brasil, a evasão é caracterizada pela interrupção da trajetória acadêmica antes da conclusão do curso, seja por abandono, desistência formal, transferência ou exclusão por norma institucional (Brasil, 1996; Fritsch; Rocha; Vitelli, 2015). Os dados mais recentes revelam que 55% dos alunos da rede federal interrompem seus estudos antes da conclusão, enquanto apenas 42% concluem o curso em que ingressaram, e 3% permanecem com vínculo ativo (INEP, 2017; INEP, 2023). Tais números evidenciam que, mesmo com a ampliação do acesso, o problema da evasão persiste de forma preocupante (Silva; Sampaio, 2022).

A evasão pode ser classificada em três níveis: evasão de curso, quando o aluno abandona ou muda de curso; evasão institucional, quando o estudante deixa a instituição; e evasão do sistema, quando há desligamento definitivo do ensino superior. Há diversos fatores, isolados ou inter-relacionados, que levam os estudantes a abandonar os cursos de graduação. Esses fatores incluem características individuais, aspectos internos das instituições e condições externas a elas. As escolhas pessoais dos estudantes são influenciadas por elementos externos, como o prestígio social da profissão, as oportunidades de desenvolvimento profissional e as pressões familiares. Por outro lado, fatores internos das universidades também exercem um impacto significativo, muitas vezes desencorajando os estudantes (Brasil, 1996).

Nesse sentido, Biazus (2004) desenvolveu um modelo para diagnosticar as causas da evasão acadêmica, estruturado em duas categorias principais: dimensões internas e externas. O modelo inclui sete componentes que deram origem a trinta e sete indicadores, utilizados para identificar as possíveis causas da evasão, conforme ilustrado na Figura 1.



Figura 1. Instrumento das causas da evasão (ICE)



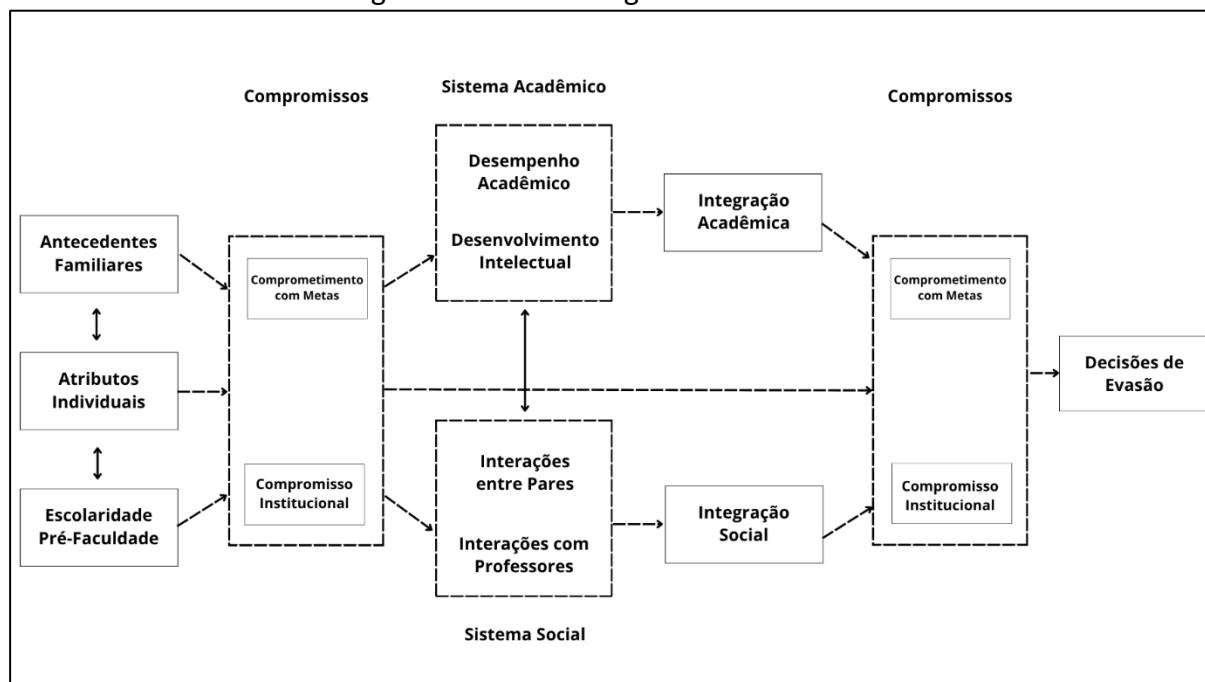
Fonte: Biazus (2004, p. 94).

A categoria interna é composta por três componentes: atitude comportamental, motivos institucionais e requisitos didáticos-pedagógicos, que envolvem fatores relacionados à atuação docente, infraestrutura, currículo e práticas pedagógicas. Já as dimensões externas abrangem quatro componentes: problemas conjunturais, características individuais, vocação pessoal e sócio-políticos-econômicos, os quais englobam aspectos como mudança de residência, sobrecarga de trabalho, pressões familiares, indecisão profissional e condições socioeconômicas (Biazus, 2004).

Entretanto, há uma falta de definição precisa sobre a evasão e uma carência de modelos teóricos que expliquem, em vez de apenas descreverem, os processos que levam o estudante a abandonar o ensino superior. Para suprir essas lacunas, Tinto (1975) propôs um modelo teórico (Figura 2), denominado Modelo Longitudinal de Evasão, que esclarece os processos de interação entre o aluno e a instituição, os quais resultam na evasão dos cursos.



Figura 2. Modelo Longitudinal de Evasão



Fonte: Adaptado de Tinto (1975, p. 95).

O Modelo Longitudinal compreende o abandono como um processo contínuo de interação entre o estudante e os sistemas acadêmico e social da instituição. Essas interações, vivenciadas ao longo do percurso universitário, influenciam diretamente a decisão de permanecer ou evadir. Cada indivíduo que ingressa no ensino superior traz consigo atributos pessoais, histórico escolar e antecedentes familiares que moldam seu nível de comprometimento com o curso e com a instituição. Em síntese, quanto menor o compromisso do estudante com a conclusão da graduação, maior é a probabilidade de evasão, enquanto o fortalecimento dos vínculos institucionais tende a favorecer sua permanência (Tinto, 1975).

Além de definir e caracterizar o problema da evasão, é indispensável considerar a fórmula para o cálculo desse índice. Conforme ressaltado por Silva (2021, p. 34), “é importante lembrar que a definição da fórmula de cálculo deve estar alinhada à definição de evasão adotada pela instituição. Caso contrário, haverá inconsistências entre o que se mede e o que se analisa”. O índice de evasão é calculado pela razão entre o número de ingressantes (N_i), menos o número de diplomados (N_d), menos o número de retidos (N_r), dividido pelo número total de ingressantes (N_i), multiplicado por 100. A fórmula é expressa pela seguinte equação (Brasil, 1996, p. 17):

$$\% \text{ Evasão} = \frac{(N_i - N_d - N_r)}{N_i} \times 100 \quad (1)$$

Com base nos conceitos, características e modelos previamente discutidos, é fundamental apresentar os resultados práticos da pesquisa de Taffarel (2021), que utilizou um questionário adaptado do modelo de Biazus (2004). O estudo foi realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, no curso de Administração, com o objetivo de identificar as principais motivações para a evasão, traçar o perfil dos alunos evadidos e calcular a taxa de evasão. Entre 2010 e o primeiro semestre de 2020, foram realizadas 1.335 matrículas



no curso, das quais 695 resultaram em evasão, representando uma taxa de 52,06%. Quanto ao perfil dos alunos evadidos, 53,09% eram mulheres, embora elas representassem 55,43% do total de matrículas, com uma taxa interna de evasão de 49,86%. Além disso, 75,25% dos estudantes que abandonaram o curso se autodeclaravam brancos. Nessa perspectiva, os fatores que contribuíram para a evasão foram divididos em dimensões internas e externas. Entre os fatores internos, destacaram-se: greves, falta de vínculo entre teoria e prática e falta de didática dos professores. Quanto aos fatores externos, os mais relevantes foram: carga horária semanal de trabalho, mudança de residência, mudança de interesse profissional e o curso não atender às expectativas (Taffarel, 2021).

A evasão acadêmica gera impactos significativos para estudantes e instituições. Para os alunos, representa a perda da oportunidade de concluir o curso e o desperdício de tempo e recursos financeiros. Para as instituições, implica ineficiência e subutilização da infraestrutura física, tecnológica e humana (Silva; Cabral; Pacheco, 2020). Esse cenário é agravado pela maior vulnerabilidade de determinados grupos sociais, especialmente em contextos de fragilidade socioeconômica, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à permanência estudantil (Silva et al., 2018).

Apesar dos avanços obtidos com políticas públicas, como o PROUNI e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), ainda há limitações na capacidade institucional de diagnóstico e acompanhamento das causas de evasão (Vitelli; Fritsch, 2018; Simon, 2022). Dados apontam que apenas 49,21% das universidades realizam estudos sobre o perfil dos estudantes evadidos e as causas da evasão e 96,83% relatam dificuldades na implementação de medidas de mitigação (Pacheco; Tete; Monsueto, 2024).

Nesse sentido, autores como Sousa et al. (2021) destacam a importância da criação de programas institucionais de permanência com metas, objetivos e indicadores bem definidos. O desenvolvimento de estratégias estruturadas para mitigar a evasão é apontado por Esteves et al. (2023) como um passo essencial, enquanto ações como programas de monitoria, moradia estudantil, apoio pedagógico e revisão dos projetos político-pedagógicos contribuem para o fortalecimento da permanência estudantil (Pacheco; Tete; Monsueto, 2024). Além disso, a oferta de projetos acadêmicos, assistência estudantil e espaços de convivência é considerada decisiva para a integração e o sentimento de pertencimento discente (Araujo; Silva; Pederneiras, 2022). Complementarmente, é necessário investir na capacitação docente por meio de programas de formação continuada que aprimorem as metodologias de ensino e fortaleçam o relacionamento entre professores e alunos, favorecendo um ambiente de aprendizagem mais engajador e acolhedor (Nunes; Silvano, 2021).

Por fim, o ambiente institucional exerce influência direta sobre a motivação e o engajamento dos estudantes, uma vez que contextos acadêmicos que favorecem o relacionamento interpessoal e o bem-estar fortalecem o vínculo com a universidade e contribuem para a permanência (Romero; Puggina; Pina-Oliveira, 2023; Ambiel; dos Santos; Dalbosco, 2016). Além disso, o enfrentamento da evasão requer a construção de salas de aula mais acolhedoras, participativas e pedagogicamente significativas, capazes de atender às expectativas e necessidades dos estudantes (Heidemann; Moraes; Giongo, 2020).



3. Método da Pesquisa

A pesquisa adotou abordagem quantitativa e qualitativa, buscando mensurar e interpretar o fenômeno da evasão acadêmica no curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó, no período de 2020/2 a 2024/2. Quanto à natureza, classifica-se como aplicada, com caráter descritiva, e caracteriza-se como estudo de caso, permitindo análise aprofundada do contexto investigado.

O cenário da investigação compreendeu o curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó, instituição pública criada em 2009, que atende à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e possui missão orientada à formação profissional, integração regional e promoção do desenvolvimento socioeconômico (UFFS, 2024; PPC, 2017). Os participantes foram divididos em três grupos: coordenação do curso, comissão de mitigação da evasão e estudantes evadidos. O cálculo amostral seguiu Mattar (2012), considerando população finita, nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%, resultando em 61 respondentes mínimos.

A coleta de dados ocorreu em etapas. Inicialmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a coordenação do curso e com a comissão de mitigação, de forma presencial e virtual, respectivamente, com o objetivo de identificar ações institucionais direcionadas à permanência estudantil. Em seguida, solicitou-se à Pró-Reitoria de Graduação os registros acadêmicos referentes ao período analisado, posteriormente fornecidos pelo Departamento de Gestão de Demandas e Suporte de Sistemas, contendo informações essenciais sobre situação acadêmica, perfil discente e trajetória institucional. A partir da identificação de estudantes evadidos, aplicou-se um questionário via Google Forms, adaptado do instrumento utilizado por Taffarel (2021) com base no modelo de Biazus (2004), obtendo-se 65 respostas válidas.

Os dados foram analisados por meio de procedimentos quantitativos e qualitativos. As respostas dos questionários foram submetidas à análise descritiva. Além disso, os dados dos registros acadêmicos fornecidos pela universidade foram utilizados para o cálculo de taxa de evasão, seguindo o modelo proposto por Brasil (1996). As entrevistas foram transcritas e examinadas por análise de conteúdo, permitindo identificar percepções institucionais e ações de mitigação. A triangulação dos resultados provenientes de diferentes fontes possibilitou interpretação abrangente das causas e estratégias relacionadas à evasão no curso.

4. Análise dos Resultados

A análise contemplou 621 matrículas do curso de Administração da UFFS - Campus Chapecó entre 2020/2 e 2024/2, 299 registros classificados como evasão, 65 respostas ao questionário aplicado a estudantes evadidos e entrevistas com a coordenação do curso e comissão de mitigação. Os resultados estão organizados em quatro seções: indicadores de evasão e retenção; caracterização dos estudantes evadidos e fatores associados; ações de mitigação da evasão implementadas; e proposição de estratégias para redução da evasão acadêmica.

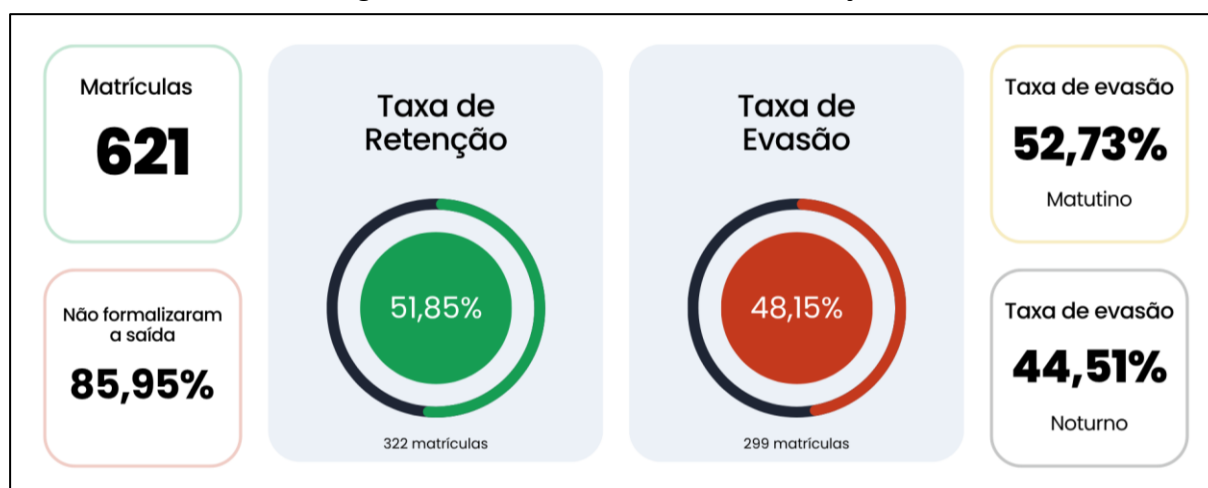
4.1 Indicadores de Evasão e Retenção

Durante o período analisado, o curso de Administração registrou um total de 621 matrículas. Essas matrículas foram classificadas conforme sua justificativa em dois grandes grupos: evasão e retenção. Foram consideradas como situações de evasão as categorias de abandono (nenhuma matrícula), não realizou a rematrícula, transferência interna, solicitação espontânea, não confirmação de vínculo, cadastro cancelado, desistência e transferência para outra instituição de ensino superior (IES). Já as situações de ativo, ativo – formando, trancado, trancamento de programa e concluído foram associadas à retenção acadêmica, por representarem estudantes que permanecem vinculados ao curso ou que o concluíram.

Do total de 621 matrículas, 299 resultaram em evasão e 322 em retenção acadêmica, configurando taxa acumulada de evasão de 48,15% e retenção de 51,85% no período analisado. A maior parte dos desligamentos foi caracterizada como evasão passiva: 257 estudantes não formalizaram a saída, representando 85,95% do total. Somente 14,05% dos casos foram formalizados mediante solicitação espontânea, transferência ou desistência oficial.

O turno matutino apresentou maior vulnerabilidade, com taxa interna de evasão de 52,73%, enquanto o noturno registrou 44,51%. Esses dados reforçam a tendência já identificada por Taffarel (2021), indicando que estudantes do turno diurno apresentam maior probabilidade de abandonar o curso. As maiores taxas ocorreram no período pós-pandemia, com destaque para 2022/1, semestre de retorno das atividades presenciais, seguido por 2021/1 e 2021/2, quando o ensino remoto emergencial ainda era vigente.

Figura 3. Indicadores de evasão e retenção



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A consolidação dos dados evidencia que a evasão no curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó apresenta variações relevantes conforme o turno e o período de ingresso, além de ser marcada, em sua maioria, por desligamentos não formalizados. Esses elementos apontam para a importância de compreender quem são os estudantes evadidos e quais fatores contribuíram para sua saída.



4.2 Caracterização dos Discentes Evadidos e Fatores Associados

A análise do perfil do aluno evadido tem por finalidade compreender suas características demográficas e acadêmicas, contribuindo para a identificação dos fatores que influenciam o abandono do curso.

A distribuição de gênero entre os matriculados foi equilibrada, com predominância feminina (51,37%). A evasão foi proporcionalmente semelhante entre mulheres (51,51%) e homens (48,49%). A idade média dos ingressantes foi de 24 anos, enquanto os evadidos apresentaram média de 23 anos no momento da evasão, porém a idade mais recorrente entre os matriculados foi de 22 anos, ao passo que, entre os evadidos, predominou a faixa dos 20 anos, indicando maior abandono nos primeiros semestres e entre estudantes mais jovens.

No que tange à autodeclaração de raça/cor, os estudantes brancos representaram a maioria das matrículas (57,17%), seguidos por pardos (26,61%), negros (10,63%), indígenas (8,37%), não informados (2,90%) e amarelos (0,32%). Entre os evadidos, a distribuição foi proporcional: brancos (56,52%), pardos (21,40%), indígenas (9,70%), negros (9,03%) e não informados (3,34%). A predominância de evasão entre estudantes brancos também foi observada por Taffarel (2021). Embora os brancos concentrem o maior número absoluto de evasões, o índice proporcional é mais elevado entre indígenas (55,77%), pardos (50%) e negros (40,91%), o que sinaliza a necessidade de políticas institucionais de permanência voltadas a esses grupos sociais historicamente mais vulneráveis.

Quanto ao tipo de processo seletivo, 75,68% dos estudantes ingressaram por processos regulares (ENEM, SiSU, vestibulares e seleções simplificadas), e 24,32% por programas específicos (PIN, PROHAI, Pró-Imigrante, PEC-G, transferências e retornos). Entre os evadidos, 80,60% eram oriundos de ingresso regular e 19,40% por seleções específicas.

Avançando na análise, observa-se a distribuição dos ingressantes segundo os grupos de inscrição definidos pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que regulamenta o sistema de cotas nas instituições federais de ensino superior. A ampla concorrência (AC) destina-se a candidatos sem critérios adicionais de renda, raça ou procedência escolar. Já o grupo A1 abrange estudantes que cursaram parte do ensino médio em escolas públicas ou em instituições privadas sem fins lucrativos mantidas majoritariamente pelo poder público. O grupo L1 é voltado a estudantes com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; o grupo L5 inclui candidatos de escolas públicas independentemente da renda; o grupo L6 contempla autodeclarados pretos, pardos ou indígenas provenientes de escolas públicas; o grupo LB_EP refere-se a estudantes com renda familiar de até um salário mínimo por pessoa, também oriundos de escolas públicas; o grupo LB_PPI reúne candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda de até um salário mínimo per capita e formação integral em escolas públicas; e, por fim, o grupo LI_PCD é destinado a pessoas com deficiência que cursaram o ensino médio em escolas públicas, independentemente da renda familiar.

Com base nessa classificação, verificou-se que 65,70% dos ingressantes pertencem à ampla concorrência, enquanto 34,30% distribuem-se entre os grupos de cotas, com destaque para o grupo L5, que representa 28,34% do total. Entre os 299 estudantes evadidos, 60,54% vieram da ampla concorrência e 39,46% dos grupos de cotas, sendo os principais: L1 (4,01%),



L5 (32,44%), L6 (2,68%) e LB_EP (0,33%). Não foram registrados casos de evasão nos grupos A1, LB_PPI e LI_PCD.

Ao relacionar o número de ingressantes e evadidos por grupo, observa-se que as maiores taxas proporcionais de evasão ocorreram entre os cotistas: 66,67% no grupo L1, 61,54% no grupo L6, 55,11% no grupo L5 e 50% no grupo LB_EP, evidenciando que, embora numericamente menores, esses grupos enfrentam maior vulnerabilidade no processo de permanência estudantil.

Outro aspecto relevante é que grande parte das evasões ocorreu de forma não formalizada, isto é, sem solicitação oficial de desligamento, o que resulta no cancelamento automático da matrícula. Essa condição dificulta o rastreamento das motivações reais para o abandono. Para aprofundar a compreensão das causas, a pesquisa considerou as 65 respostas obtidas por meio do questionário aplicado aos estudantes evadidos, utilizando o instrumento validado por Biazus (2004), que agrupa 37 indicadores de evasão em sete componentes, organizado em fatores internos e externos à instituição.

No conjunto dos fatores internos, analisaram-se três componentes: motivos institucionais, requisitos didático-pedagógicos e atitude comportamental, totalizando 19 indicadores de causas prováveis da evasão acadêmica. Entre os motivos institucionais, a ocorrência de greves foi apontada por 35,39% dos respondentes como o fator mais relevante, seguida pelas condições inadequadas das salas de aula (24,62%) e pela ausência de programas de apoio ao estudante (24,61%).

No componente didático-pedagógico, destacaram-se a falta de motivação dos professores (35,39%), a pouca articulação entre teoria e prática e a reduzida ênfase em disciplinas profissionalizantes (35,38%). Em relação à atitude comportamental, 33,84% dos respondentes atribuíram a evasão à ausência de didática docente, seguida pela falta de entusiasmo dos professores e pela orientação insuficiente da coordenação e da secretaria acadêmica (32,30%), achados igualmente compatíveis com Taffarel (2021).

Entre os fatores externos, foram considerados os componentes relacionados a razões sócio-políticos-econômicos, problemas conjunturais, vocação pessoal e características individuais. Quanto ao elemento de razões sócio-políticos-econômicos, a carga horária de trabalho elevada foi o principal motivo indicado (58,47%), seguida da falta de tempo para estudar (49,24%) e da dificuldade em acompanhar o curso (46,15%). Tais aspectos refletem o impacto das condições socioeconômicas na permanência estudantil, em consonância com o estudo de Taffarel (2021). No componente conjuntural, a mudança de residência (41,54%) e a responsabilidade econômica familiar (29,23%) também foram causas recorrentes.

Quanto à vocação pessoal, 60% dos estudantes relataram mudança de interesse ou indecisão profissional, confirmando a importância da escolha consciente do curso. Por fim, nas características individuais, 29,23% dos evadidos mencionaram frustração em relação às expectativas iniciais. Além das alternativas fechadas, 24 participantes apresentaram justificativas complementares, destacando dificuldades de conciliar trabalho e estudo, insatisfação com o corpo docente e metodologia, problemas de transporte, motivos pessoais e familiares, transferências, impactos da pandemia e críticas ao ambiente universitário.



Quadro 1. Perfil e fatores associados à evasão

Dimensão	Principais achados
Gênero	Predominância feminina.
Faixa etária	Maior ocorrência de evasão entre estudantes mais jovens, especialmente na faixa dos 20 anos e nos primeiros semestres.
Raça/cor	Predominância de estudantes brancos entre matriculados e evadidos; contudo, proporcionalmente, indígenas, pardos e negros apresentam maior vulnerabilidade à evasão.
Tipo de processo seletivo	Evasão concentrada entre ingressantes por processos regulares (ENEM, SiSU, vestibulares e seleções simplificadas).
Grupo de inscrição	Maiores índices de evasão entre os cotistas dos grupos L1, L5 e L6, evidenciando fragilidade na permanência desses estudantes.
Motivos institucionais	Impacto das greves e das condições inadequadas de infraestrutura e apoio estudantil.
Requisitos didáticos-pedagógicos	Falta de motivação docente, pouca integração entre teoria e prática e baixa ênfase em disciplinas profissionalizantes.
Atitude comportamental	Ausência de didática e entusiasmo dos professores, além de orientação insuficiente da coordenação.
Razões sócio-políticos-econômicos	Carga horária de trabalho elevada e falta de tempo para se dedicar aos estudos.
Problemas conjunturais	Mudança de residência e responsabilidade econômica no sustento familiar.
Vocação pessoal	Mudança de interesse ou indecisão profissional em relação ao curso escolhido.
Características individuais	Frustração com as expectativas iniciais em relação ao curso.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Os dados apresentados evidenciam que a evasão no curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó está associada a um conjunto de fatores interdependentes que envolvem dimensões institucionais, pedagógicas, socioeconômicas e pessoais. As greves, a sobrecarga de trabalho, a falta de motivação docente e a inadequação das condições estruturais figuram entre os elementos mais recorrentes. Observa-se, ainda, maior vulnerabilidade entre estudantes cotistas e mais jovens, o que reforça a necessidade de políticas específicas de acompanhamento e suporte. De modo geral, os resultados indicam que a permanência acadêmica exige ações articuladas, capazes de integrar dimensões pedagógicas, institucionais e sociais, promovendo um ambiente universitário mais inclusivo e propício à continuidade dos estudos.

4.3 Ações de Mitigação da Evasão Implementadas

As ações voltadas à mitigação da evasão no curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó, entre 2020 e 2024, demonstram uma preocupação constante com a permanência e o êxito estudantil, ainda que marcadas por limitações institucionais. Conforme as entrevistas



com a coordenação e a comissão de acompanhamento da evasão, observou-se o empenho interno na criação de estratégias voltadas à identificação e ao enfrentamento do problema. A principal iniciativa foi a criação da comissão de evasão, responsável por monitorar casos, reunir dados e propor intervenções. No entanto, sua atuação é restrita ao papel consultivo, sem autonomia para executar ações, o que evidencia a fragmentação do processo de gestão e a dependência de outras instâncias da universidade.

Entre as medidas relatadas, destacam-se o contato com estudantes nas primeiras semanas letivas, o acompanhamento de discentes em risco a partir dos diários de classe, a flexibilização das bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato remoto e o incentivo à participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Tais iniciativas, embora pontuais, fortalecem o vínculo institucional e se alinham às estratégias propostas por Ambiel, dos Santos e Dalbosco (2016), que destacam o papel do bem-estar e das relações interpessoais na permanência acadêmica, e por Araujo, Silva e Pederneiras (2022), que ressaltam a importância dos espaços de convivência e das atividades integradoras.

Contudo, as ações não se encontram sistematizadas em uma política institucional. A coordenação relatou dificuldades em identificar precocemente estudantes em situação de risco devido às limitações do sistema SIGAA, que não permite a extração direta de relatórios de frequência e desempenho. A ausência de um sistema eficaz de monitoramento dificulta o planejamento baseado em evidências, como também apontado por Simon (2022).

As entrevistas também revelaram fragilidades nas políticas de assistência estudantil, especialmente quanto à falta de moradia universitária e à insuficiência de auxílios financeiros para estudantes em vulnerabilidade, como indígenas, mães e imigrantes. Embora a UFFS disponha de um programa de auxílios socioeconômicos que contempla moradia, transporte e alimentação (UFFS, 2019), a baixa cobertura e a falta de articulação entre as ações institucionais e as estratégias do curso reduzem sua efetividade. Esses achados corroboram Pacheco, Tete e Monsueto (2024), que defendem políticas estruturadas e contínuas, como monitoria e revisão dos projetos pedagógicos, e Silva et al. (2018), que destacam a vulnerabilidade de determinados grupos sociais.

Por fim, as entrevistas apontam que a evasão ainda não é tratada como prioridade institucional, o que limita a alocação de recursos e o desenvolvimento de programas permanentes. Esse cenário reflete uma tendência nacional, na qual apenas 49,21% das universidades analisam sistematicamente o perfil de estudantes evadidos, e 96,83% enfrentam dificuldades para implementar ações eficazes (Pacheco; Tete; Monsueto, 2024). Assim, é necessária a formulação de políticas institucionais com metas, objetivos e critérios de avaliação claros (Sousa et al., 2021), de modo a consolidar uma cultura de permanência.



Quadro 2. Ações implementadas e limitações

Aspectos existentes	Evidências
Ações existentes	Criação da Comissão de Evasão; acompanhamento de estudantes em risco; contato inicial com ingressantes; incentivo à participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão; flexibilização das bancas de TCC em formato remoto.
Natureza das ações	Iniciativas pontuais e de caráter reativo, voltadas à mitigação de casos específicos de evasão, sem inserção em uma política institucional formalizada. As ações dependem do engajamento da coordenação e dos docentes.
Fragilidades	Ausência de sistematização e integração entre os níveis de gestão; falta de autonomia da comissão para execução de medidas; inexistência de um sistema de monitoramento eficaz (limitações do SIGAA); baixa cobertura dos programas de assistência estudantil.
Fatores institucionais	Fragilidade da política de permanência estudantil; ausência de moradia universitária; insuficiência de auxílios financeiros; falta de priorização institucional do tema; carência de recursos e de avaliação das ações implementadas.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Em síntese, as iniciativas do curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó representam avanços pontuais, mas carecem de integração e continuidade. A ausência de um sistema de monitoramento estruturado e de uma política institucional robusta restringe os impactos das ações existentes, evidenciando a urgência de uma estratégia articulada entre coordenação, colegiado e gestão universitária, sustentada por dados e voltada à permanência ao longo de toda a trajetória acadêmica.

4.4 Proposição de Estratégias para Redução da Evasão Acadêmica

As estratégias propostas buscam responder às fragilidades institucionais identificadas no curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó, integrando percepções da coordenação, da comissão de evasão e dos estudantes evadidos. O objetivo é oferecer alternativas viáveis e contextualizadas para fortalecer a permanência estudantil.

A primeira proposta consiste na criação de um sistema interno de monitoramento do desempenho e da frequência dos alunos, gerido pelo colegiado ou pela comissão de evasão. Mesmo com as limitações do SIGAA, instrumentos paralelos, como planilhas compartilhadas entre docentes, podem viabilizar o acompanhamento precoce e a intervenção imediata em casos de risco, por meio de escuta ativa e encaminhamentos adequados (Gilioli, 2016).

Recomenda-se, ainda, a implementação de um programa de acolhimento institucional voltado aos ingressantes, com ações de tutoria, rodas de conversa, oficinas de ambientação e acompanhamento psicopedagógico. Essas medidas favorecem o pertencimento e reduzem o isolamento, especialmente entre estudantes em vulnerabilidade socioeconômica (Araujo; Silva; Pederneiras, 2022). A criação de ambientes acadêmicos acolhedores e relações interpessoais positivas é apontada como essencial para o engajamento discente (Romero; Puggina; Pina-Oliveira, 2023).



Outra proposta envolve ampliar o acesso a projetos de ensino, pesquisa e extensão por meio de editais específicos para alunos com baixa renda ou dificuldades acadêmicas, além do reajuste dos valores de bolsas para garantir condições de permanência. A participação em atividades institucionais estimula o vínculo e o desenvolvimento acadêmico (Araujo; Silva; Pederneiras, 2022).

Paralelamente, é fundamental estimular o engajamento docente na proposição de projetos inovadores, interativos e alinhados aos interesses dos estudantes, de modo que não se limitem apenas a atividades tradicionais de pesquisa acadêmica, mas também contemplem experiências formativas mais dinâmicas e motivadoras. Essa necessidade de inovação pedagógica está associada ao apoio institucional e à qualificação docente, uma vez que, conforme Wiebusch e Lima (2019), a inovação no ensino superior depende tanto do suporte da instituição quanto do domínio, por parte dos docentes, de práticas pedagógicas inovadoras. Nessa perspectiva, o investimento em capacitações pedagógicas torna-se estratégico para fomentar propostas que estimulem o vínculo dos estudantes com o curso. Essa abordagem dialoga ainda com os fatores internos apontados por Biazus (2004), como a pouca motivação docente, que pode comprometer a permanência estudantil.

Outra estratégia relevante consiste na criação de um canal digital de comunicação entre coordenação e estudantes, com linguagem acessível e conteúdo visual atrativo. Esse meio deve centralizar informações sobre prazos, eventos, bolsas e procedimentos acadêmicos, facilitando o acesso e fortalecendo a autonomia discente (Rodrigues; Melo; Ribeiro, 2016).

Adicionalmente, a recomendação de ações formativas voltadas ao corpo docente e técnico-administrativo dialoga com Nunes e Silvano (2021), os quais defendem programas de reciclagem pedagógica que visem não apenas à melhoria das metodologias de ensino, mas também ao fortalecimento do vínculo entre docentes e discentes. Essa convergência ressalta que capacitações periódicas podem sensibilizar os profissionais quanto às causas da evasão e instrumentalizá-los para uma atuação mais preventiva junto aos estudantes em situação de risco, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais engajador e acolhedor.

Por fim, destaca-se a necessidade de um plano institucional de enfrentamento da evasão, com metas, indicadores e responsabilidades definidas entre os setores da universidade. Tais instrumentos, conforme Sousa et al. (2021) e Pacheco, Tete e Monsueto (2024), são fundamentais para transformar diagnósticos em políticas efetivas de permanência.



Quadro 3. Relação entre fragilidades institucionais e estratégias propostas

Fragilidades identificadas	Estratégias sugeridas
Ausência de sistema formal de monitoramento acadêmico	Implantação de sistema interno de acompanhamento de frequência e desempenho (planilhas compartilhadas, indicadores periódicos e alertas precoces)
Fraca articulação entre setores da universidade	Construção de plano institucional com metas, cronograma e responsáveis
Baixa prioridade institucional ao tema evasão	Incorporação da evasão como indicador de gestão no curso e na universidade
Limitações na assistência estudantil (moradia, auxílios, apoio psicossocial)	Ampliação de oportunidades acadêmicas com bolsas e reserva para estudantes vulneráveis; fortalecimento do acolhimento institucional
Déficit de práticas pedagógicas motivadoras e inovadoras	Capacitação pedagógica e estímulo à inovação didático-metodológica
Comunicação institucional fragmentada e pouco acessível	Criação de canal digital (informativo centralizado, vídeos, avisos, orientações, oportunidades)
Baixo apoio inicial ao estudante e dificuldade de adaptação acadêmica	Programa estruturado de acolhimento (tutoria, rodas de conversa, ambientação e suporte psicopedagógico)
Falta de incentivo à permanência via engajamento acadêmico	Ampliação de projetos de ensino, pesquisa e extensão e atualização de editais com critérios de equidade

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

As estratégias propostas apresentam caráter complementar às ações já existentes no curso, buscando integrar diferentes dimensões da permanência estudantil – pedagógica, institucional, social e financeira. Ao articular iniciativas viáveis e de baixo custo com maior envolvimento institucional, reforça-se a corresponsabilidade entre coordenação, docentes e demais setores da universidade na prevenção à evasão.

5. Conclusões

A pesquisa teve como propósito analisar a evasão acadêmica no curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó, considerando suas causas e as ações de mitigação adotadas entre 2020/2 e 2024/2. A partir da análise de dados institucionais, entrevistas com a coordenação e a comissão de evasão, além de questionários aplicados a estudantes evadidos, foi possível construir um panorama abrangente do fenômeno.

Os resultados indicaram uma taxa acumulada de evasão de 48,15%, com predominância de desligamentos passivos, evidenciando que muitos estudantes abandonam o curso sem formalizar a saída. O fenômeno ocorre majoritariamente nos primeiros semestres e está associado a fatores internos — como greves, desmotivação docente e ausência de didática — e externos — como alta carga de trabalho, mudança de residência, indecisão profissional e frustração quanto às expectativas iniciais. Esses achados confirmam o caráter multifatorial da evasão, conforme apontam Biazus (2004) e Tinto (1975), demonstrando que condições institucionais e pessoais influenciam diretamente a permanência estudantil.

Quanto às ações existentes, verificou-se que o curso desenvolve iniciativas pontuais, como o acompanhamento informal de estudantes em risco, o contato inicial com ingressantes, a flexibilização das bancas de TCC e o estímulo à participação em projetos de



ensino, pesquisa e extensão. No entanto, essas ações ocorrem de forma isolada e sem integração a uma política institucional sistematizada. Dificuldades operacionais, como a falta de um sistema eficiente de monitoramento e a insuficiência dos auxílios estudantis, limitam o alcance das medidas. As entrevistas também revelaram que o tema da evasão ainda não é tratado como prioridade institucional, o que compromete a continuidade e a efetividade das estratégias.

Em resposta a essas limitações, foram sugeridas estratégias complementares, como a criação de um sistema interno de acompanhamento acadêmico, programas de acolhimento nas fases iniciais da graduação, ampliação da participação estudantil em projetos institucionais, incentivo à inovação pedagógica, capacitação docente e técnica, criação de um canal digital de comunicação e elaboração de um plano de ação institucional com metas e indicadores claros. Tais medidas, de baixo custo e aplicabilidade prática, visam fortalecer o vínculo dos estudantes com o curso e aprimorar a gestão da permanência.

De modo geral, conclui-se que a evasão no curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó resulta da interação entre fragilidades institucionais e condições socioeconômicas dos discentes, exigindo políticas integradas e contínuas que envolvam docentes, técnicos e gestores. Embora o curso demonstre comprometimento com a temática, as ações ainda são insuficientes diante da complexidade do problema. O fortalecimento de uma cultura institucional de permanência, baseada em planejamento, acompanhamento e avaliação sistemática, é fundamental para a construção de uma universidade mais inclusiva e comprometida com o êxito acadêmico.

Recomenda-se que estudos futuros ampliem a análise ao incluir variáveis psicossociais, como saúde mental e sentimento de pertencimento, e que adotem metodologias qualitativas, como grupos focais ou estudos de caso, a fim de compreender mais profundamente as motivações e experiências dos estudantes. Além disso, sugere-se investigar a efetividade das políticas de permanência já existentes, permitindo identificar boas práticas e aprimorar estratégias conforme as particularidades de cada curso e campus.

Referências

ALVES, Moyses de Oliveira Pereira; GAYDECZKA, Beatriz; CAMPOS, Ariana de. Projeto para registro e controle da evasão na UFTM. **Revista Triângulo**, Uberaba, v. 11, n. 1, p. 125–135, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18554/rt.v0i0.2770>. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/article/view/2770>. Acesso em: 31 ago. 2024.

AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo; DOS SANTOS, Acácia Aparecida Angeli; DALBOSCO, Simone Nenê Portela. Motivos para evasão, vivências acadêmicas e adaptabilidade de carreira em universitários. **Psico**, [S. l.], v. 47, n. 4, p. 288–297, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2016.4.23872>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/23872>. Acesso em: 27 ago. 2024.



ARAUJO, Ana Carolina da Costa; SILVA, Thales Fabricio da Costa e; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. Percepção de docentes acerca da evasão universitária. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 1-20, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.5902/2318133868968>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/68968/45984>. Acesso em: 20 set. 2024.

BERTOLIN, Julio. A formação integral na educação superior e o desenvolvimento dos países1.

Cadernos de Pesquisa, [S. l.], v. 47, n. 165, p. 848–871, 2017. DOI:

<https://doi.org/10.1590/198053144005>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/Tbrjz9WKbXGRtykYCymzZSL/> Acesso em: 03 set. 2024.

BIAZUS, Cleber Augusto. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC**: um estudo no curso de ciências contábeis. 2004. Tese

(Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87138/206162.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras.

Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **SESu/MEC; ANDIFES; ABRUEM**, Brasília, p. 20, 1997. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002240.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras.

Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **SESu/MEC; ANDIFES; ABRUEM**, Brasília, p. 1-35, 1996. Disponível em:

https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Senado Federal**, Brasília, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país

2003 – 2014. **MEC**, Brasília, 2014. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16762-balanco-social-sesu-2003-2014>. Acesso em: 03 set. 2024.

CASTRO, Paulo Alexandre de; SÁ, Susana.; SOUZA, Thays Santos. Evasão escolar no ensino superior: um estudo qualitativo via mapeamento de licenciaturas. **Revista Lusófona de Educação**, [S. l.], v. 44, n. 44, p. 63-82, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle44.04>. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6861/4131>. Acesso em: 24 ago. 2024.



CAVALCANTE, Joseneide Franklin. Educação superior: conceitos, definições e classificações. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**, Brasília, 2000. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=5375&co_midia=2. Acesso em: 20 set. 2024.

ESTEVES, Henrique Rosário Carvalho; HIGUCHI, Agnaldo Keiti; BARROS, Geórgia Fernandes; TEIXEIRA, Rosenália Ramalho. Evasão escolar no ensino superior público: uma análise de conteúdo nos resumos de artigos que estudaram o tema. **Competência**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 1-10, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24936/2177-4986.v16n2.2023.863>. Disponível em: <http://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/article/view/863/498>. Acesso em: 15 set. 2024.

FRITSCH, Rosangela; ROCHA, Cleonice Silveira da; VITELLI, Ricardo Ferreira. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 52, n. 38, p. 81–108, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7963>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7963>. Acesso em: 01 set. 2024.

GILIOLI, Renato de Souza Porto. Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, SiSU e desafios. **Câmara dos Deputados**, Brasília, p. 4-11, 2016. Disponível: <https://bd-rest.camara.leg.br/server/api/core/bitstreams/7adffa86-588f-45af-8487-8ade737c367a/content>. Acesso em: 12 abr. 2025.

HEIDEMANN, Leonardo Albuquerque; MORAES, Kaluti Rossi de Martini; GIONGO, Sandro Luiz. Evadir ou persistir? Uma disciplina introdutória centrada no fomento à persistência nos cursos de licenciatura em física. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5335/rbecm.v3i1.10091>. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rbecm/article/view/10091/114115262>. Acesso em: 21 set. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior 2022. **Ministério da Educação**, Brasília, p. 35-65, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 31 ago. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Metodologia de cálculo dos indicadores de fluxo da educação superior. **Diretoria de Estatísticas Educacionais** (DEE), Brasília, p. 09, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2017/metodologia_indicadores_trajetoria_curso.pdf. Aceso em: 22 ago. 2024.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; CARRASQUEIRA, Karina. Fatores associados à evasão, conclusão, mobilidade e retenção na Universidade Federal da Fronteira Sul. **Educação**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 1-27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644470956>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/70956/63219>. Acesso em: 15 set. 2024.



NUNES, Everton Barbosa. SILVANO, Antônio Marcos da Costa. A influência das práticas pedagógicas docentes na evasão discente no curso técnico. **SciELO Preprints**, [S. l.], 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2840>. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2840/5000>. Acesso em: 18 abr. 2025.

OLIVEIRA, Bruna de; GUIMARÃES, Lucas José; SANTANA, Thainá Nunes Pires. O caminho para a redução da evasão de estudantes nas instituições de ensino superior. **Revista Humanidade e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 18, p. 156-164, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1864/1310>. Acesso em: 15 set. 2024.

PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; TETE, Marcelo Ferreira; MONSUETO, Sandro Eduardo. Ações de combate à evasão estudantil na educação superior. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 29, p. 1-22, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652024v29id289017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/nYw5wfnsnDWmtkPPr9sWLkc/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PINHEIRO, Cristiane Borges; RIBEIRO, Jorge Luiz Lordelo de Sales; FERNANDES, Sergio Augusto Franco. Modelos teóricos da evasão no ensino superior e notas sobre o contexto nacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 28, p. 1-23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wykhmMKd6JpDkXthhnrVPqQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2024.

PPC, Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração. Projeto pedagógico do curso de Graduação em Administração – Bacharelado. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, Chapecó, p. 1-161, 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/ccadch/2017-0002/@download/documento_historico. Acesso em: 22 ago. 2024.

RODRIGUES, Thiago Machado. MELO, Jefferson Lisboa. RIBEIRO, Wesley Luiz. Análise da evasão na educação a distância nos cursos de ensino superior no Brasil. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE (SINGEP)**, 5., 2016, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: SINGEP, 2016. Disponível em: <https://www.singep.org.br/5singep/resultado/254.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ROMERO, José Renato; PUGGINA, Ana Cláudia; PINA-OLIVEIRA, Alfredo Almeida. Programa de prevenção de evasão universitária na ótica de coordenadores de graduação em saúde. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 12, n. 21, p. 1-19, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318133884590>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/84590/61708>. Acesso em: 20 set. 2024.

SANTOS, Cidmar Ortiz dos; BORGES, Reginaldo; PEREIRA JUNIOR, Edson Hermenegildo; KUNH, Peterson Diego; SANTOS, José Airton Azevedo dos. Evasão no ensino superior brasileiro: uma percepção das predisposições, causas e consequências. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 1-21, 2024. DOI:



<https://doi.org/10.7769/gesec.v15i2.3515>. Disponível em:
<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3515/2169>. Acesso em: 15 set. 2024.

SCHWARTZMAN, Simon; SILVA FILHO, Roberto Lobo; COELHO, Rooney R. A.. Por uma tipologia do ensino superior brasileiro: teste de conceito. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 35, n. 101, p. 153–186, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.011>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/D7bZJtnnXyjCPQ3g9T8CzpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2024.

SILVA, Fernanda Cristina da. **Variáveis para modelos preditivos à evasão na educação superior**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/231181/PCAD1180-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 set. 2024.

SILVA, Fernanda Cristina da; CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira.; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Abandono ou permanência? Modelos preditivos para a gestão do ensino superior. **Arquivos de Análise de Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 28, n. 149, p. 1-32, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5387>. Disponível em:

<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5387/2521>. Acesso em: 01 set. 2024.

SILVA, Luciana Guedes da; ALVES, Cecília Brito; SOARES NETO, Joaquim José; LOZZI, Silene de Paulino. Dinâmicas de evasão na educação superior brasileira. **Revista Examen**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 100-127, 2018. Disponível em:

<https://examen.emnuvens.com.br/rev/article/view/67/37>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603-631, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220034>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2024.

SIMON, Lilian Wrzesinski. **Não é chegada a hora de dizer adeus: um modelo de gestão para a evasão no ensino superior**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/247336/PCAD1193-T.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SOUSA, José Vieira de. Cenários e desafios da universidade na economia do conhecimento. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 8, n. 00, p. 1-24, 2021. DOI:

<https://doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8663806>. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8663806/27281>.

Acesso em: 08 set. 2024.

TAFFAREL, Jussandro Zanquetta. **Evasão no curso de graduação em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul** – Campus Chapecó. 2021. Trabalho de Conclusão de



Curso (Monografia) – Curso de Administração, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021. Disponível em:
<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4338/1/TAFFAREL.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

TINTO, Vincent. Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research. **Review of Educational Research**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975. DOI:
<https://doi.org/10.2307/1170024>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1170024>. Acesso em: 16 set. 2024.

UFFS, UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução Nº 10/CONSUNI CGAE/UFFS/2019 (ALTERADA)**. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019. Disponível em:
<https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2019-0010>. Acesso em: 09 jul. 2025.

UFMS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Censo da educação superior 2023 aponta 1,3 milhão de estudantes na rede federal**. Notícias UFMS, 2024. Disponível em: <https://www.ufms.br/censo-da-educacao-superior-2023-aponta-13-milhao-de-estudantes-na-rede-federal/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

VITELLI, Ricardo Ferreira; FRITSCH, Rosângela. Evasão em cursos de licenciatura: fatores intervenientes em uma instituição de ensino superior privada brasileira. **Revista Praxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 28, p. 225-245, 2018. DOI:
<https://doi.org/10.22481/praxis.v14i28.3467>. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/3467/2877>. Acesso em: 21 set. 2024.

WIEBUSCH, Andressa. LIMA, Valdevez Marina do Rosário. Inovação nas práticas pedagógicas no Ensino Superior: possibilidades para promover o engajamento acadêmico. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 154-169, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2018.2.31607>. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/31607>. Acesso em: 18 abr. 2025.